Juventude e Mudanças Educacionais Recentes

Coordenação: Marcelo Neri – FGV Social

Versão Preliminar – Não Distribuir Sem Autorização

Resumo:

A PNADC permite fazer um acompanhamento trimestral da performance educacional dos jovens. Isto inclui elementos de fluxo como a frequência escolar e suas relações com a ocupação trabalhista captadas pelo conceito de nem nem, referindo-se aos jovens que não estudam e que não trabalham, ou de outras combinações possíveis do binômio trabalho e estudo. Outros indicadores como de estoque captados pelo nível e pela desigualdade da escolaridade obtida pelos jovens podem ser sintetizados num conceito mais amplo de bem estar educacional. Esta nota explora a evolução recente de ambas dimensões.

Parte Integrante do Projeto "**Atlas das Juventudes**"

Idealização e Coordenação

Apoiadores

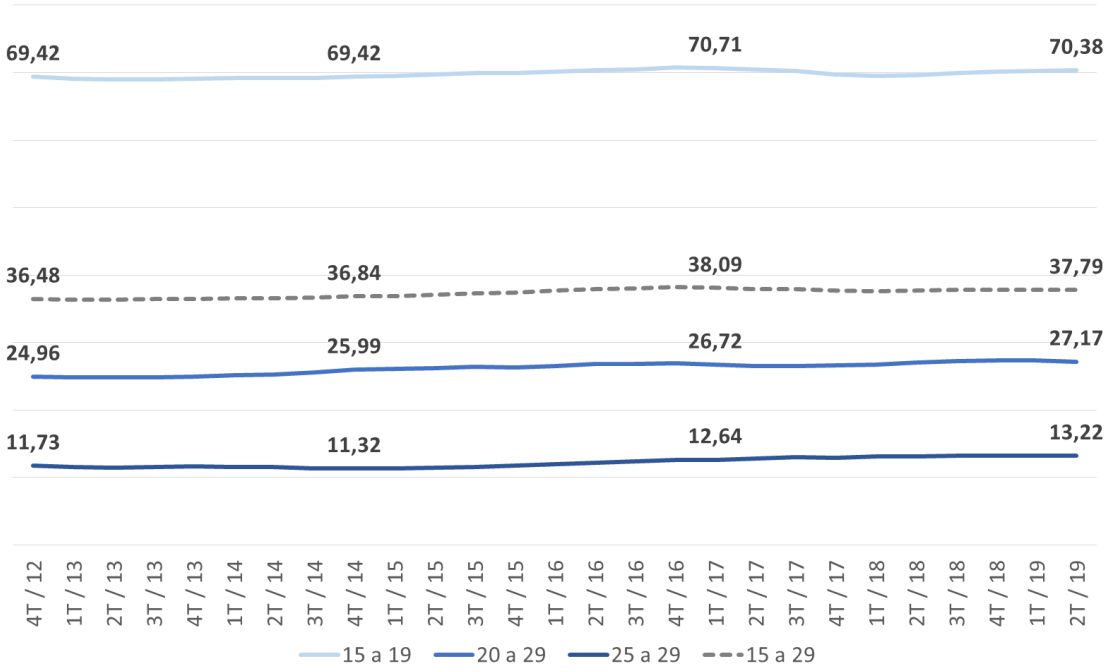
Juventude e Mudanças Educacionais Recentes

Educação dos jovens

Os percentuais de jovens com e sem trabalho, como já se destacou, foram diretamente impactados tanto pela profunda recessão quanto pela tênue recuperação econômica que se seguiram nos últimos anos. Já os percentuais de jovens que estudam são pouco afetados no curto prazo pelos ciclos econômicos e, de fato, variaram bem menos entre 2012 e 2019 segundo a PNAD Contínua. A educação brasileira já vinha tendo dificuldades em reter uma proporção crescente de jovens nas salas de aula antes da crise, o que persistiu durante e depois dela.

Perto das bruscas altas e baixas observadas em outras variáveis, o gráfico 1 chama atenção pela relativa estabilidade das taxas de frequência à escola na juventude, apresentadas como médias móveis de quatro trimestres para mitigar a sazonalidade do indicador. No conjunto de todos os jovens desde 15 até 29 anos de idade, essa taxa manteve uma leve tendência de alta tanto antes como durante a crise – indo de 36,48% no fim de 2012 até 38,09% no início de 2017 – mas recuou para 37,79% até o meio de 2019 enquanto a economia registrava alguma recuperação.

Gráfico 1 - **Frequência escolar por faixa etária (%) – média móvel de 4 trimestres**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

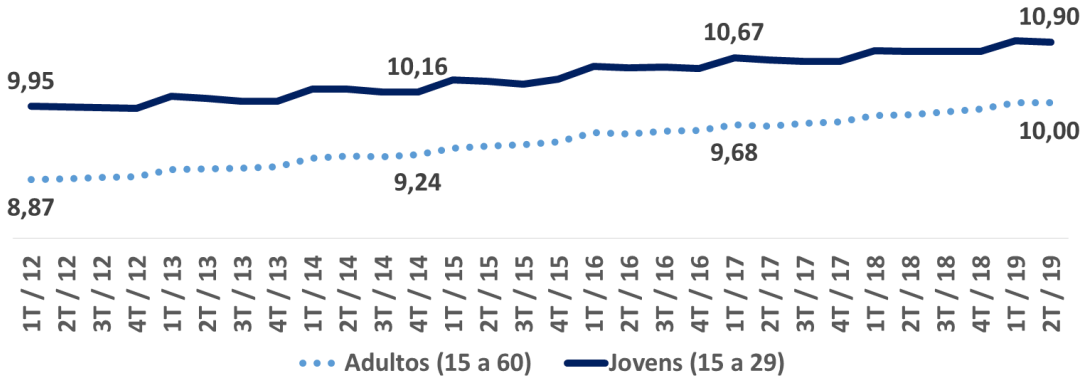
A sequência de oscilações nos períodos destacados foi diferente em cada faixa etária que compõe a juventude. Entre os adolescentes de 15 a 19, o indicador mantinha-se parado antes da crise em exatos 69,42%, oscilou até 70,71% durante a recessão e recuou a 70,38% até 2019. A diferença de menos de 1 ponto percentual (p.p.) entre o início e o fim dessa série torna-se ainda menos relevante se for considerado o erro amostral da pesquisa. Na prática, ao longo de toda a série da PNAD Contínua, o Brasil manteve cerca de 30% de seus adolescentes de 15 a 19 anos fora da escola, o que ressalta a inércia do país perante o desafio de educá-los.

Na faixa de 20 a 24 anos de idade, a frequência à escola subiu de maneira mais nítida e persistente, antes, durante e depois da recessão. A alta acumulada foi de 2,2 p.p. ou de 8,9% sobre o nível inicial, de 24,96% em 2012 até 27,17% em 2019. Já no subgrupo mais velho, de 25 a 29 anos, o percentual de estudantes diminuía de 11,73% para 11,32% antes da recessão, mas passou a subir durante e depois dela até os 13,22% registrados em 2019. Neste último grupo, a alta entre 2012 e 2019 foi de 1,5 p.p., o que representa um crescimento relativo de 12,7% sobre a taxa inicial.

Embora o avanço acumulado das taxas de frequência fique aquém do necessário, sobretudo entre os adolescentes de 15 a 19 anos, o nível médio de escolaridade alcançado em cada faixa da juventude continua subindo continuamente de 2012 a 2019. Isso acontece à medida que chegam à juventude coortes que tiveram maior acesso à escola na infância e mantiveram menores taxas de repetência e evasão, conseguindo progredir até níveis mais avançados antes de completar 15 anos. Ao mesmo tempo em que essas coortes se tornam jovens, suas antecessoras que não tiveram igual acesso à educação na infância vão deixando a juventude ao completar 30 anos.

O gráfico 2 mostra que a escolaridade média dos jovens ganhou quase um ano a mais entre 2012 e 2019, indo de 9,95 para 10,90 com pequenas altas registradas pontualmente a cada 4 trimestres, quando séries adicionais recém-concluídas passam a ser reportadas ao IBGE. No grupo mais amplo que o gráfico denomina “adultos”, com 15 a 60 anos, a média é mais baixa e o efeito sazonal de novos diplomas se dilui, mas o avanço da escolaridade média é até mais intenso. Isso ocorre à medida que as coortes mais velhas e, em média, bem menos escolarizadas deixam o grupo ao completar 61 anos.

Gráfico 2 - **Evolução da Educação Média (Anos de Estudo Completos)**

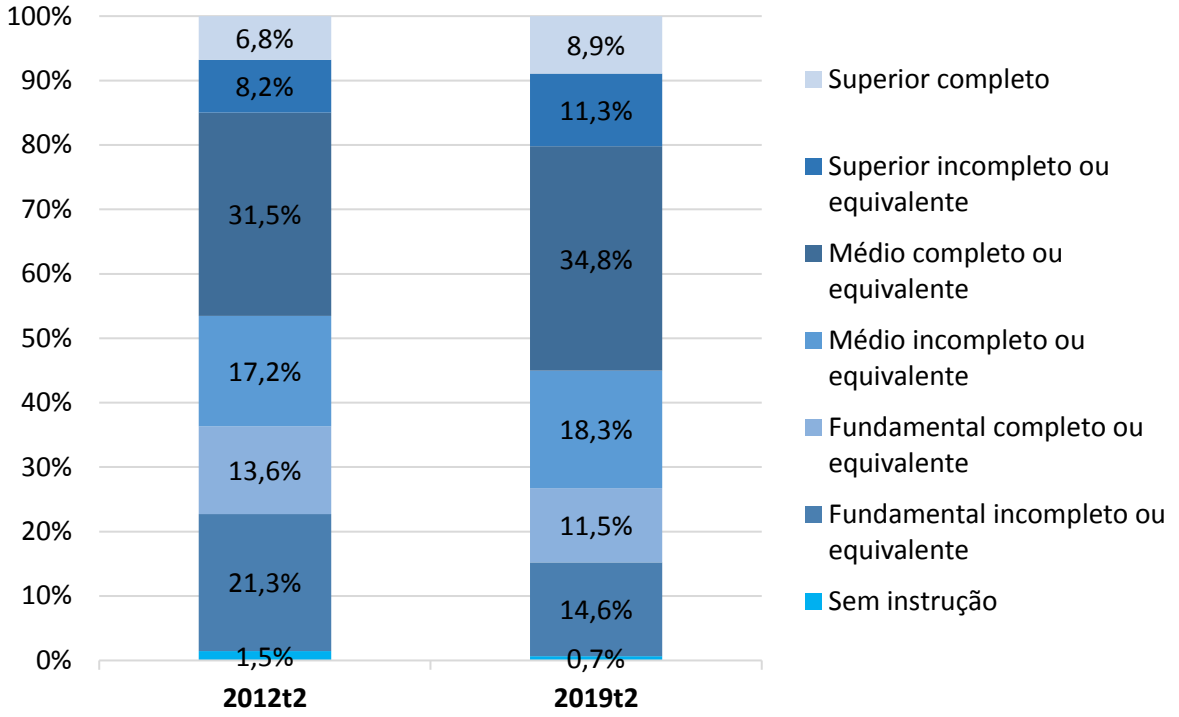


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

Para estimar o número médio de anos de estudo, atribui-se a cada pessoa um valor que pode variar desde 0 para quem não se alfabetizou até 16 para quem tem superior completo ou mais. Ensino fundamental completo corresponde a 9 e médio completo, a 12 anos de estudo. A escolaridade média dos jovens brasileiros (10,9 anos) equivale à de alguém próximo de concluir o 2º ano do ensino médio, mas esse "jovem médio" é apenas a combinação ponderada de jovens reais com todos os níveis educacionais possíveis.

O gráfico 3 mostra como mudou a distribuição dos jovens de 15 a 29 anos segundo seu maior nível de escolaridade atingido entre o segundo trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2019. Nesse período, os jovens com pelo menos o ensino médio completo passaram a ser maioria. A escolaridade mediana, do "jovem real" na linha de 50% que divide o gráfico em dois, subiu de 11 para 12 anos de estudo. Diminuíram os percentuais de jovens sem instrução (-0,8 p.p.), com fundamental incompleto (-6,7 p.p.) e fundamental completo (-2,1 p.p.), ao passo que aumentaram aqueles com médio incompleto (+1,1 p.p.), médio completo (+3,3 p.p.), superior incompleto (+3,1 p.p.) e superior completo (+2,2 p.p.).

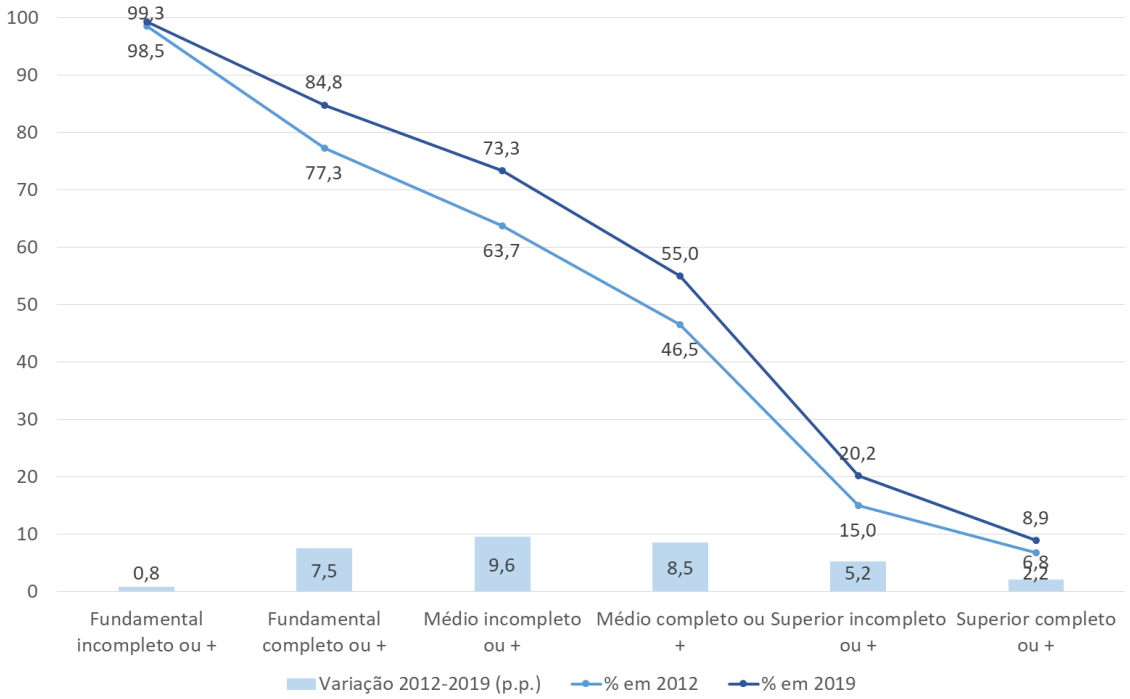
Gráfico 3 - **Percentual de jovens de 15-29 anos por nível educacional (2012 e 2019)**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

Outra forma de analisar essas distribuições é ver que percentuais da população jovem já tinham alcançado "pelo menos" cada um dos níveis de instrução em 2012 e 2019. Vimos que o percentual sem instrução caiu de 1,5% para 0,7%. Isso significa que, embora o analfabetismo persista elevado em grupos mais velhos, a alfabetização está praticamente universalizada entre os jovens. Isso é evidenciado de outra maneira no gráfico 4, onde se vê que os jovens com alguma instrução (pelo menos 1 ano de estudo completo) subiram de 98,5% para 99,3%.

Gráfico 4 - **Percentual de 15-29 anos com pelo menos cada nível educacional**



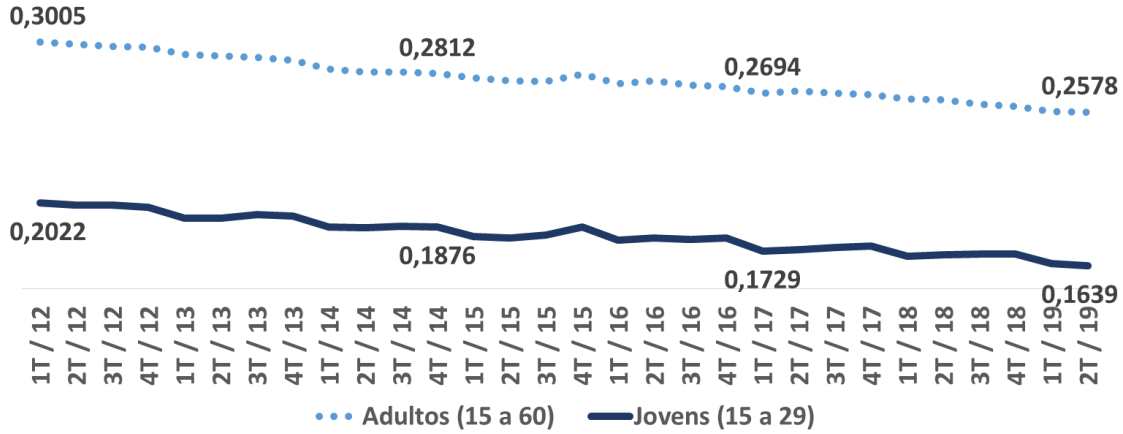
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

O funil educacional vai se fechando a cada nível. Em 2019, apenas 84,8% dos jovens completaram o ensino fundamental (o que se faz idealmente até os 15 anos de idade), 73,3% ingressaram no ensino médio, 55% concluíram o ensino médio (o que se faz idealmente até os 18), 20,2% ingressam em curso superior e 8,9% completaram essa última etapa. O maior avanço entre 2012 e 2019 ocorreu no percentual de jovens que cursou um ano de ensino médio ou mais (alta de 9,6 p.p., de 63,7% para 73,3%).

Como o número contabilizado de anos de estudo tem um teto, todo o aumento na escolaridade média é explicado pelos grupos que ainda não atingiram esse valor máximo e estão se aproximando dele gradualmente. Ao longo dos anos, enquanto o nível educacional médio avança, cai a desigualdade educacional apontada pelo índice de Gini dos anos de estudo acumulados por cada pessoa. Isso acontece entre os jovens e os "adultos", como mostra o gráfico 5.

A cada início de ano, uma fração dos jovens passa a ter uma série completa a mais para contar ao IBGE e, enquanto isso vai aumentando a escolaridade média dos jovens (gráfico 2), vai também aproximando os jovens uns dos outros (gráfico 5). No grupo mais amplo com brasileiros de 15 a 60 anos, o percentual com escolaridade muito baixa ainda é bem maior e as distâncias educacionais entre as pessoas, também. Os estudantes se diluem nesse grupo maior, assim como o efeito do calendário escolar, mas nele a queda da desigualdade é até mais intensa do que entre os jovens, e mais contínua. A cada aniversário de 15 ou 61 anos, coortes mais escolarizadas vão ganhando peso no grupo "adulto", que se torna menos desigual.

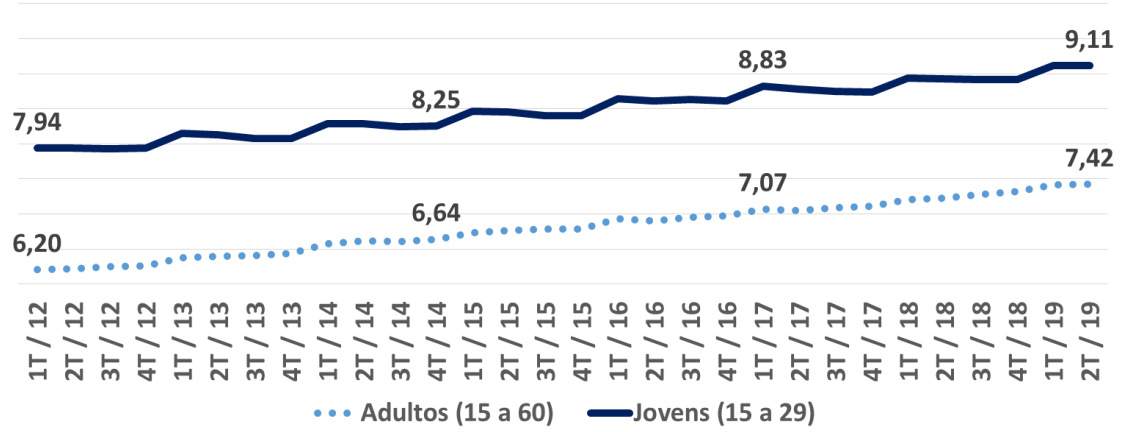
Gráfico 5 - **Percentual de jovens de 15-29 anos por nível educacional (2012 e 2019)**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

Uma medida de bem-estar combinando os efeitos simultâneos da escolaridade média e de sua equidade pode ser obtida a partir do índice de Sen, multiplicando-se a média pelo complemento do índice de Gini. O gráfico 6 mostra como esse indicador de bem-estar educacional sobe continuamente, mesmo no período recessivo. Entre o fim de 2014 e o meio de 2019, a alta foi de 10,4% entre os jovens e de 11,7% no grupo de 15 a 60 anos.

Gráfico 6 - **Evolução do bem-estar educacional**



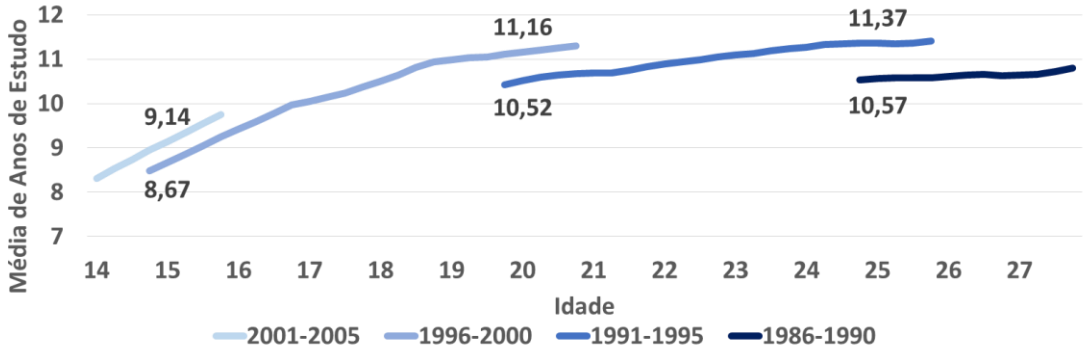
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

As trajetórias da escolaridade média de quatro coortes acompanhadas pela PNAD Contínua enquanto viviam diferentes etapas da juventude, entre 2012 e 2019, são comparadas no gráfico 7. A mais nova das quatro, nascida no quinquênio 2001-2005 (ao redor de 2003), ainda está ingressando na juventude agora, e chega aos 15 anos com uma média (móvel de 4 trimestres) de 9,14 anos de estudo completos. O grupo um pouco mais velho, que nasceu em 1996-2000,

entrou na juventude cinco anos antes com um estoque médio de educação mais baixo, de 8,67 anos de estudo, e agora chega à casa dos 20 anos de idade com 11,16 anos de estudo. Como nem todos dessa coorte passaram os últimos cinco anos estudando, a média do grupo não aumentou em 5 anos, mas em 2,49.

Outra coorte um pouco mais velha, nascida em 1991-1995, só começou a ser vista na PNAD Contínua quando já chegava à casa dos 20 anos de vida, tendo acumulado até então 10,52 anos de estudo, menos do que o grupo seguinte alcançaria à mesma idade. Ao atravessar a fase intermediária da juventude, a coorte de 1991-1995 torna-se adulta em uma época de alto desemprego no país e, ao longo dos últimos cinco anos, adiciona apenas 0,85 ano à sua escolaridade média, chegando aos 25 de idade com 11,37 de estudo. Isso ainda é menos que os 12 anos correspondentes a ensino médio completo, mas já é bem mais que os 10,57 acumulados pela coorte de 1986-1990 quando chegou à mesma idade de 25 anos, suficiente para uma pessoa completar o nível superior.

Gráfico 7 - **Anos de Estudo em Cada Idade por Coorte (Anos de Nascimento)**



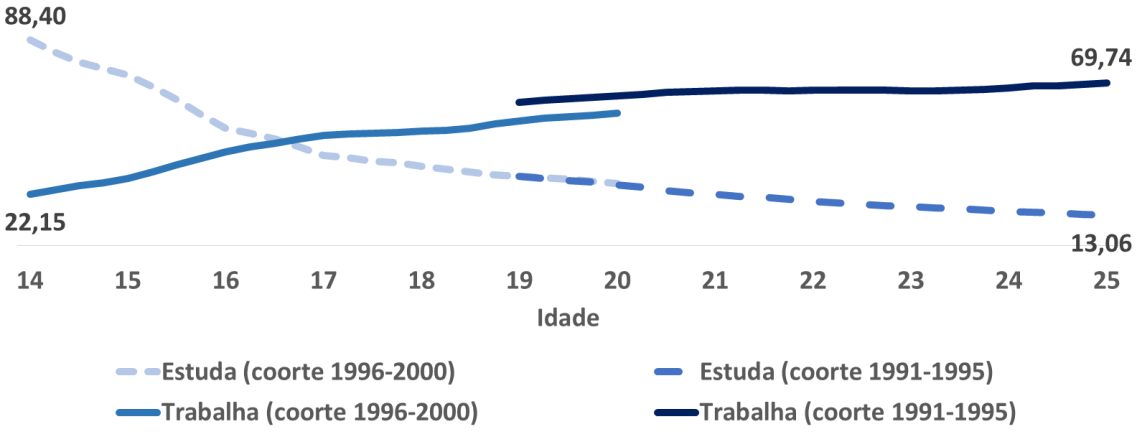
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

No gráfico 7, os ganhos de escolaridade entre coortes sucessivas crescem com as idades: 5,4% aos 15 anos, 6,1% aos 20 e 7,5% aos 25. Ter entrado em idade escolar no início ou no fim da década de 1990, quando a cobertura do ensino fundamental se expandia mais rápido, faz mais diferença do que ter ingressado no início ou no fim dos anos 2000, quando a frequência das crianças à escola crescia, mas já se aproximava da universalização. O Brasil não teve o mesmo sucesso em manter os jovens na escola, registrando avanços de frequência escolar bem mais modestos nessa faixa etária. Assim, os novos jovens carregam um estoque educacional claramente mais alto do que seus antecessores carregavam, mas a frequência à escola durante a juventude avança pouco.

O gráfico 8 compara apenas as duas coortes centrais do gráfico anterior, os nascidos em 1996-2000 e os nascidos em 1991-1995, que atravessaram etapas sucessivas da juventude nos últimos anos. As linhas tracejadas mostram os percentuais de frequência à escola; e as contínuas, os percentuais de ocupados. Partindo do extremo à esquerda do gráfico, estão as duas linhas que representam a coorte mais nova, desde a casa dos 14 até a dos 20 anos de idade. Do meio para a direita, veem-se as trajetórias da coorte mais velha, acompanhada dos 19 aos 25 anos de idade.

Ao redor dos 14 anos, idade em que o trabalho formal só é permitido na condição legal de menor aprendiz, 22,15% da coorte de 1996-2000 já trabalhavam e 88,40% estudavam. Conforme a idade desse grupo avança, sua frequência à escola vai caindo e seu percentual de trabalhadores vai subindo. A transição escola-trabalho varia entre os jovens e parte deles concilia as duas atividades, mas, entre os 16 e os 17 anos de idade, o percentual de trabalhadores já passa a superar o de estudantes e, nos anos seguintes da juventude, as taxas se afastam cada vez mais.

Gráfico 8 - **Percentuais Estudando e Trabalhando em cada Idade por Coortes (%)**



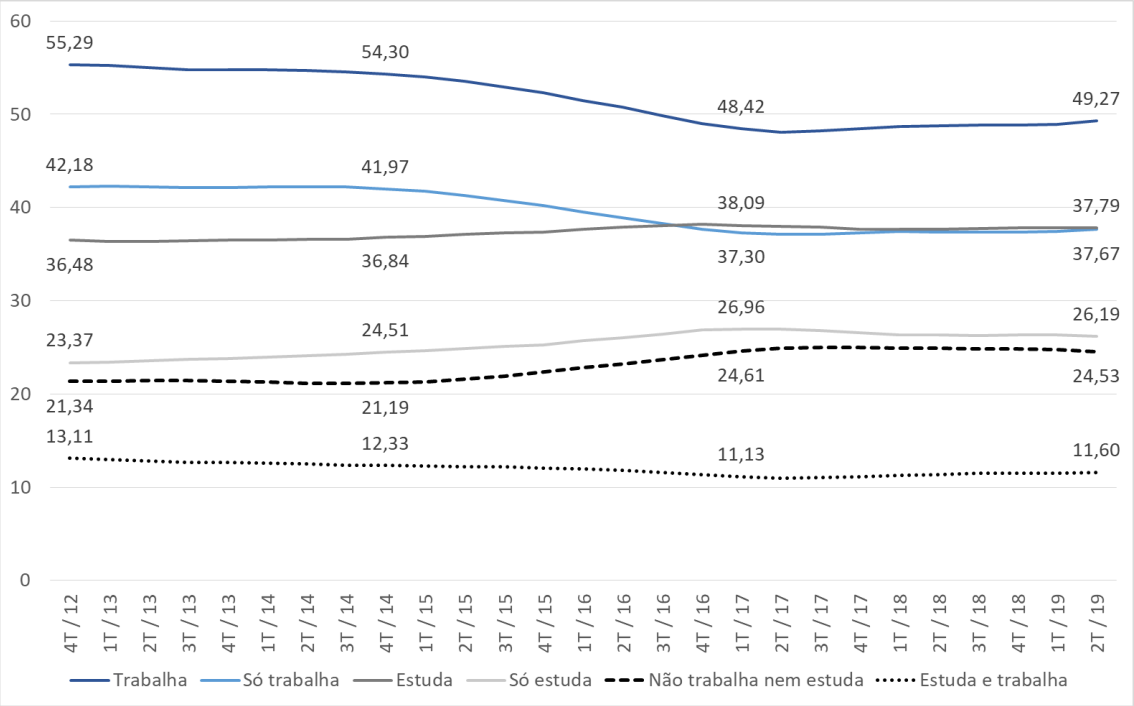
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

O interessante de ter as duas coortes no mesmo gráfico é que ele torna nítido o que mudou muito e o que mudou pouco nas experiências vividas pelos dois grupos quando chegavam à casa dos 20 anos de idade. Visualmente, é difícil distinguir qualquer mudança no percentual de estudantes entre os mais velhos que chegaram a essa etapa adulta por volta de 2013 e os mais novos que chegam agora em 2019. O que realmente mudou foi a taxa de ocupação, claramente menor para a coorte mais nova ao completar 20 anos. Embora a coorte mais nova chegue agora à fase adulta com mais educação na bagagem trazida da infância, encontra um mercado de trabalho com portas mais estreitas para sua entrada. O percentual de estudantes aos 20 anos é

apenas 2,8% maior na coorte mais nova. Já seu percentual de trabalhadores é 11,4% menor que o registrado pela coorte predecessora há cinco anos.

Como o investimento de tempo dos jovens na educação mudou pouco e o percentual sem trabalho aumentou, foi a maior dificuldade em conseguir ocupação trazida pela crise econômica que piorou as estatísticas de jovens que nem estudam nem trabalham, os chamados "nem-nem". O gráfico 9 mostra várias curvas, todas com médias móveis de 4 trimestres, que ajudam a entender a mudança no patamar desse problema durante a recessão. O percentual que não estudam nem trabalha é representado na linha tracejada preta. Esta oscila de 21,34% a 21,19% antes da recessão, que a eleva em 3,42 p.p. No período de leve recuperação econômica, a taxa oscila de 24,61% a 24,53%.

Gráfico 9 - **Percentuais de jovens conforme combinação de estudo e trabalho (%)**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

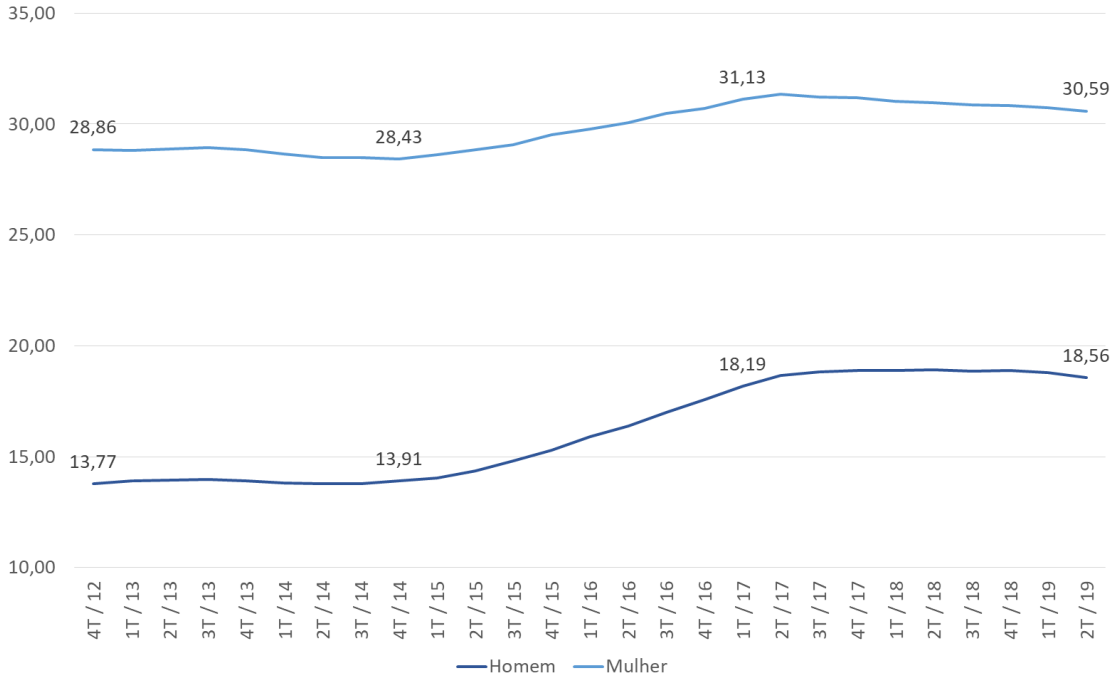
A linha mais alta, com o percentual de jovens que trabalham, é a mais afetada pela economia e a que mais afeta o percentual de "nem-nem". Entre os jovens trabalhadores, o que mais cai na crise é o percentual que só trabalha, sem estudar. Enquanto muitos deixaram de só trabalhar, muito passaram a ficar sem trabalho nem estudo, o que faz a curva azul clara do gráfico e a tracejada dos "nem-nem" parecerem espelhadas.

O percentual de estudantes até aumentava durante a recessão, puxado exclusivamente pelos jovens que só estudavam, enquanto diminuía o grupo que conciliava estudo e trabalho. Na tênue recuperação experimentada desde o início de 2017, os que mais contribuem para a alta da ocupação juvenil são justamente os jovens que estudam e trabalham ao mesmo tempo. Esse grupo aumenta em 0,47 p.p. (ou 4,2% sobre a taxa inicial), enquanto o de jovens que só trabalham cresce apenas 0,37 p.p. (ou 1% sobre a taxa inicial).

O gráfico 10 mostra que o risco de ser jovem "nem-nem" afeta desproporcionalmente as mulheres, desigualmente responsabilizadas por trabalhos domésticos, especialmente em domicílios com crianças. A frequência à escola delas (38,6% nos últimos 4 trimestres) é até maior que a deles (37,0%), mas o percentual de ocupados delas (42,1%) é muito menor que o deles (56,3%). No início das séries mostradas no gráfico, o risco de ser "nem-nem" delas (28,86%) era mais que o dobro do observado entre eles (13,77%), mas essa diferença tem diminuído ao longo dos anos.

Os homens, mais propensos a só trabalhar (sem estudar) do que as mulheres, foram os mais afetados pela recessão, piorando mais seu percentual de "nem-nem". Enquanto o delas subiu 2,7 p.p., chegando a altíssimos 31,13% sem estudar nem trabalhar, o deles subiu 4,28 p.p., até 18,19%. E desde o início de 2017, a taxas delas diminuiu 0,57 p.p., enquanto a deles aumentou 0,37 p.p.

Gráfico 10 - **Percentuais de nem-nem por sexo**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

Como foi destacado, a economia afeta mais a entrada no mercado de trabalho do que a frequência à escola dos jovens, que varia pouco ao longo dos últimos anos. Mesmo assim, a chegada à juventude de coortes mais escolarizadas na infância eleva a escolaridade média e reduz a desigualdade no estoque educacional dos jovens, elevando o bem-estar educacional juvenil. Enquanto a recessão fechou portas de entrada no mercado de trabalho, perdeu-se também a oportunidade de investir mais na educação dos jovens, cujo percentual sem estudo e sem trabalho subiu de patamar. À medida que a economia volta a registrar algum crescimento – lento, mas positivo – o percentual com trabalho volta a registrar algum acréscimo. É nesse momento que a educação acumulada pode fazer mais diferença, para os próprios jovens e para o país.